

**ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA
VARA DO TRABALHO DE FRUTAL – MG**

**JUÍZA TITULAR DA VARA DO TRABALHO:
ALESSANDRA JUNQUEIRA FRANCO**



JUSTIÇA DO TRABALHO
TRT da 3ª Região (MG)

Lei de Criação nº 12.616, de 30-4-2012
Data da instalação: 20-8-2013
Data de implantação do PJe: 30-8-2013

Jurisdição: Frutal, Comendador Gomes, Fronteira, Itapagipe, Planura e Pirajuba.

Edital de Correição divulgado no DEJT em 25-1-2021, p. 1/2.

ATA DE CORREIÇÃO

Data da última Correição: 26-6-2020

Às 13 horas do dia dois de fevereiro de 2021, a Excelentíssima Desembargadora Dra. **Maristela Iris da Silva Malheiros**, Vice-Corregedora do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região deu início à Correição Ordinária Telepresencial por meio da plataforma de videoconferência Zoom, instituída pelo Ato Conjunto TST/CSJT/GP Nº 54, de 29 de dezembro de 2020, na Vara do Trabalho de Frutal, situada na Praça 7 de Setembro, 200 - 6º Andar, conforme ATO Nº 13, de 19 de Maio de 2020, do Tribunal Superior do Trabalho, Portaria Conjunta GCR/GVCR N. 7, de 5 de junho de 2020 e na forma do artigo 682, XI, da CLT, combinado com o artigo 29, II, do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, presentes por meio do sistema eletrônico a MM. Juíza do Trabalho Titular da Vara, Dra. **Alessandra Junqueira Franco**; o Secretário da Vara do Trabalho, Sr. Paulo César Ferreira da Silva; os servidores Alessandra Rocha, Antônio Donizetti Martins, Augusto Noboru Nikaido, Carina Franco Almeida Nepomuceno, Jônatas Ramos de Oliveira, Lidiane Barbosa de Paulo Castro Matsushi, Paola Mariana Assunção Joaquim e Valleria Fonseca Santana Miranda e a estagiária Letícia Alves da Silva. Ausentes as servidoras Ana Cláudia da Silva de Paula e Lorena Mourão Alves Teodoro de Andrade, em férias regulamentares.

Iniciada a correição no horário acima registrado, a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora examinou:

1. REGISTROS CONSTANTES DA SECRETARIA DA VARA

1.1. PROTOCOLO DE RECLAMAÇÕES – Das informações de distribuição, excluídas as cartas precatórias recebidas, consta o registro de 17 processos, distribuídos neste ano até o dia 25-01-2021, apurando-se a média de 1,4 processos por dia útil.

1.2. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS – A Vara recebeu 1 carta precatória, até o dia 25-1-2021, não devolvida para o juízo deprecante, conforme consulta realizada junto ao SICOND.

1.3. REMESSA DE PROCESSOS AO TRT – Existe o registro de 420 autos de processos na Instância Superior, sendo que desses, 2 processos foram remetidos neste ano até o dia 25-1-2021.

1.4. CARGA PARA O (A) MERITÍSSIMO (A) JUIZ (A) DO TRABALHO – Há 4 autos de processos para minutar sentença e minutar decisão, todos no prazo legal.

1.5. CARGA PARA PERITOS – Analisando o sistema do PJe, constatou-se que existem 15 processos com perícia designada, aguardando laudo.

1.6. MANDADOS EXPEDIDOS – Constatam 5 mandados expedidos no PJe no ano em curso, dentre os quais 2 pendentes de cumprimento, no prazo.

1.7. PROCESSOS SOBRESTADOS NA FASE DE CONHECIMENTO – Em consulta ao sistema informatizado da Secretaria da Vara, constatou-se a existência de 31 processos sobrestados.

Segundo informações do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes (Nugep), não há processo sobrestado já julgado, com incidente de Repercussão Geral, pelo STF.

No entanto, devem ser confirmados no sistema SJVPI os processos:

Número do Processo
0010469-55.2019.5.03.0156
0010538-92.2016.5.03.0156
0010804-74.2019.5.03.0156
0000934-83.2011.5.03.0156
0010272-03.2019.5.03.0156
0011674-27.2016.5.03.0156
0010762-59.2018.5.03.0156
0000954-74.2011.5.03.0156
0010386-39.2019.5.03.0156
0010131-23.2015.5.03.0156
0010085-92.2019.5.03.0156
0010719-25.2018.5.03.0156
0010227-09.2013.5.03.0156
0000678-09.2012.5.03.0156
0010447-94.2019.5.03.0156
0010953-70.2019.5.03.0156
0010796-97.2019.5.03.0156
0011483-79.2016.5.03.0156
0010504-69.2019.5.03.0041
0011006-15.2019.5.03.0168
0010794-30.2019.5.03.0156
0010118-48.2020.5.03.0156
0010074-63.2019.5.03.0156
0010772-69.2019.5.03.0156
0010471-25.2019.5.03.0156
0010810-81.2019.5.03.0156

0010797-82.2019.5.03.0156

0010281-28.2020.5.03.0156

0010829-87.2019.5.03.0156

0010235-39.2020.5.03.0156

0010570-92.2019.5.03.0156

Processos examinados na correição:

- 010719/18, 0010085/19, 0011483/16, 0010504/19, 0010796/19, 0010794/19, 0010118/20, 0010074/19 e 0010772/19: Tema nº 1046 – Validade de norma coletiva de trabalho que limita ou restringe direito trabalhista não assegurado constitucionalmente.

– 0010447/19 – sobrestado aguardando decisão de outra ação.

Recomenda-se que seja observada a correta correspondência dos andamentos dos processos àqueles do sistema E-Gestão, conforme Manual de Orientações do Sistema E-Gestão 1º Grau (http://negestao.tst.jus.br/index.php/E-Gest%C3%A3o_1%C2%BA_Grau).

Também deve ser consultada a cartilha de sobrestamento e “dessobrestamento” elaborada pelo Núcleo de Gerenciamento de Precedentes, disponível no link https://portal.trt3.jus.br/internet/jurisprudencia/nugep-2/downloads/Cartilha_NUGEP.pdf

Está disponível no link <https://portal.trt3.jus.br/internet/jurisprudencia/suspensoes-encerradas/suspensoes-encerradas-no-trt-mg>, sistematizadas por assunto.

1.8. PROCESSOS EM FASE DE CONHECIMENTO – a taxa de congestionamento na fase de conhecimento - 1º grau, indicador nº 10 do Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG, foi de 37,48% em 2016, de 38,85% em 2017, de 34,44% em 2018 e de 31,24% em 2019. A Meta estabelecida para este indicador em 2019 era de 39% (dados extraídos do sistema e-Gestão em 03/02/2020, sujeitos a alterações devido aos envios de novas remessas de dados ao TST).

Vara do Trabalho	Frutal - 01a Vara				
	2016	2017	2018	2019	3º trim/2020 (01/10/19 a 30/09/20)
Ind. 10: Taxa de Congestionamento Conhecimento (%)	45,74	42,83	25,38	19,90	28,11

1.9. PROCESSOS AGUARDANDO SENTENÇA NA FASE DE CONHECIMENTO -

FASE DE CONHECIMENTO (de 1º-1-2021 até 25-1-2021)

(fonte: e-Gestão)

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Aguardando 1ª Sessão de audiência (item 60)	0
	Aguardando 1ª audiência (item 90060)	68
	Aguardando encerramento da instrução (item 61)	0
	Aguardando encerramento da instrução (item 90061)	164
	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença (item 62)	0
	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença (item 90062)	2

Processos aguardando primeira audiência ou aguardando o encerramento da instrução que estão sem audiências designadas (aguardando atualização do PJe - chamado aberto junto ao TST):

Processos sem audiência designada durante a fase de instrução: são os processos dos itens 90.060 e 90.061 do e-Gestão e que não possuem audiência designada ou não estão suspensos/sobrestados.	4
---	---

Aguardando atualização do PJe - chamado aberto junto ao TST

1) Indicador Idade média do Pendente de Julgamento (I01): representa o tempo médio que os processos estão pendentes de julgamento. Média do ano dos processos dos itens 60, 61, 62, 90060, 90061 e 90062 no final do período de referência.

Para cálculo do prazo médio, conforme manual do IGEST, “são listados todos os processos pendentes de julgamento na fase de conhecimento e considerado o ano em que cada um deles foi ajuizado. Após faz-se a subtração pelo ano de referência e após a média desses anos.

Ano de ajuizamento	Quantidade de processos	Prazo médio por ano
2016	1	5
2018	2	3

2019	36	2
2020	179	1
2021 – ano de referência	16	
TOTAL	234	1,12

Abaixo a tabela dos 20 processos mais antigos na fase de conhecimento, extraídos dos itens 60, 900.60, 61, 90061, 62 e 90.062 (dados apurados no mês de janeiro até o dia 25-1):

Processo	Classe	Tarefa
0011483-79.2016.5.03.0156	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0010601-49.2018.5.03.0156	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Cumprimento de Providências
0010719-25.2018.5.03.0156	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0010074-63.2019.5.03.0156	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0010085-92.2019.5.03.0156	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0010204-53.2019.5.03.0156	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Cumprimento de Providências
0010205-38.2019.5.03.0156	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Cumprimento de Providências
0010278-10.2019.5.03.0156	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0010471-25.2019.5.03.0156	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0010504-69.2019.5.03.0041	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0010561-33.2019.5.03.0156	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Análise
0010570-92.2019.5.03.0156	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0010577-84.2019.5.03.0156	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Aguardando prazo
0010593-38.2019.5.03.0156	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0010596-90.2019.5.03.0156	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Aguardando prazo
0010694-	Ação Trabalhista - Rito	Aguardando audiência

75.2019.5.03.0156	Ordinário	
0010706-89.2019.5.03.0156	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Aguardando audiência
0010719-88.2019.5.03.0156	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando prazo
0010724-13.2019.5.03.0156	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando prazo
0010760-24.2019.5.03.0134	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Cumprimento de Providências

2) Indicador Pendentes (I02): representa a quantidade de processos pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução e os pendentes de liquidação.

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Processos pendentes de baixa - fase de conhecimento (item 377)	1
	Processos pendentes de baixa - fase de conhecimento (item 90377)	277

FASE	Situação	Quantidade de processos
LIQUIDAÇÃO	Processos com liquidação de sentença pendente (item 394)	0
	Processos com liquidação de sentença pendente (item 90394)	74

FASE	Situação	Quantidade de processos
EXECUÇÃO	Processos pendentes de baixa – fase de execução (item 383)	0
	Processos pendentes de baixa – fase de execução (item 90383)	302

3) Indicador Taxa de Concluídos com Prazo Vencido (I03): representa a relação entre o total de processos concluídos com o prazo vencido e o total de processos aguardando a prolação de sentença.

FASE	Variável	Forma de apuração	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Pendentes de julgamento conclusos com o prazo vencido	Saldo de processos do item 393 no final do período de referência	0
		Saldo de processos do item 90393 no final do período de referência	0
	Total de processos conclusos aguardando prolação de sentença	Saldo de processos do item 62 no final do período de referência	0
		Saldo de processos do item 90062 no final do período de referência	2

1.10. PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO - A taxa de congestionamento na fase de execução - 1º grau, indicador nº 14 do Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG, foi de 75,67% em 2016, de 68,88% em 2017, de 62,84% em 2018 e de 56,65% em 2019. A Meta estabelecida para este indicador em 2019 era de 59% (dados extraídos do sistema e-Gestão em 03/02/2020, sujeitos a alterações devido aos envios de novas remessas de dados ao TST).

Vara do Trabalho	Frutal - 01a Vara				
	2016	2017	2018	2019	3º trim/2020 (01/10/19 a 30/09/20)
Ind. 14: Taxa de Congestionamento Execução (%)	56,46	53,77	48,01	66,70	26,49

Existem 326 processos em fase de execução, assim discriminados:

- 237 execuções trabalhistas, constantes dos itens 99 e 90099;
- nenhum processo suspenso por execução frustrada, itens 106 e 90106;
- 89 processos arquivados provisoriamente, conforme itens 103, 90103, 327 e 90327.

Os dados foram extraídos do sistema e-Gestão, no período de 01/01/2021 até 25/01/2021

No ano anterior, até dia 25/01/2020 - havia 553 processos na fase de execução, assim distribuídos:

- a) 357 execuções trabalhistas, constantes dos itens 99 e 90099;
- b) nenhum processo suspenso por execução frustrada, itens 106 e 90106;
- c) 196 processos arquivados provisoriamente, conforme itens 103, 90103, 327 e 90327;

Abaixo Tabela dos 20 processos mais antigos na fase de execução, conforme itens 99 e 90099 do e-Gestão (dados apurados no mês de janeiro até o dia 25-1):

Processo	Classe	Tarefa
0010424- 27.2014.5.03.0156	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando prazo
0010657- 87.2015.5.03.0156	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Aguardando prazo
0011420- 88.2015.5.03.0156	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Aguardando apreciação pela instância superior
0011428- 65.2015.5.03.0156	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Aguardando apreciação pela instância superior
0011432- 05.2015.5.03.0156	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Aguardando apreciação pela instância superior
0011437- 27.2015.5.03.0156	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Aguardando apreciação pela instância superior
0010083- 30.2016.5.03.0156	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando prazo
0011326- 77.2014.5.03.0156	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando apreciação pela instância superior
0010512- 31.2015.5.03.0156	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Aguardando cumprimento de acordo
0011224- 55.2014.5.03.0156	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando prazo
0010538- 92.2016.5.03.0156	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0010009- 73.2016.5.03.0156	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando prazo
0010095- 10.2017.5.03.0156	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Aguardando prazo

0010870-59.2016.5.03.0156	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Cumprimento de Providências
0010938-43.2015.5.03.0156	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando prazo
0000407-63.2013.5.03.0156	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Cumprimento de Providências
0000433-32.2011.5.03.0156	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Análise
0000528-28.2012.5.03.0156	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando prazo
0000800-56.2011.5.03.0156	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando apreciação pela instância superior
0000974-65.2011.5.03.0156	Ação Civil Coletiva	Cumprimento de Providências

Abaixo a tabela comparativa por mês e ano das decisões de execução conforme itens 90.093/93 (execuções encerradas) e 90.398/398 (incidentes na Liquidação/Execução julgados,) extraídos do sistema e-Gestão (dados apurados no mês de janeiro até o dia 25-1):

	2020	2021	Totais
01-JANEIRO	184	44	228
02-FEVEREIRO	317		317
03-MARÇO	53		53
04-ABRIL	20		20
05-MAIO	24		24
06-JUNHO	37		37
07-JULHO	32		32
08-AGOSTO	74		74
09-SETEMBRO	49		49
10-OUTUBRO	113		113
11-NOVEMBRO	22		22
12-DEZEMBRO	44		44
Totais	969	44	1013

	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10	2020/11	2020/12	2021/01
	14	5											
ALESSANDRA JUNQUEIRA FRANCO												3	44
ARLINDO CAVALARO NETO			47			10	1			39			
HELENA HONDA ROCHA							31						
THAISA SANTANA SOUZA SCHNEIDER	170	312	6	20	24	27		74	49	74	22	41	
Totais	184	317	53	20	24	37	32	74	49	113	22	44	44

Comparativamente, nos anos de 2020 e 2021, foram expedidos alvarás, conforme abaixo (dados apurados no mês de janeiro até o dia 25-1):

	2020	Totais
01-JANEIRO	1	1
02-FEVEREIRO	1	1
09-SETEMBRO	1	1
Totais	3	3

1.11. PROCESSOS INCIDENTAIS PENDENTES: de acordo com o sistema e-Gestão, dados de 25-1-2021, existem 14 processos, conforme se apurou dos itens 117, 90117, 400, 90400, 427 e 90427.

	Qtde
Embargos de Declaração Pendentes	9
Incidentes na Liquidação/Execução Pendentes	4
Tutelas Provisórias Pendentes	1
Total	14

2. PROCESSOS EXAMINADOS – Foram examinados, conforme discriminação a seguir, por amostragem, autos de processos em tramitação e arquivados na Vara do Trabalho quanto à observância do ordenamento jurídico, o cumprimento dos atos, despachos, ordens e recomendações do colendo Tribunal Superior do Trabalho, da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, da Direção do Tribunal e da Corregedoria Regional.

Na pauta do dia 2-2-2021 havia 4 processos:

a) instrução por videoconferência: 4 processos.

Foram examinados os autos dos processos 0010933/19, 0010694/19 e 0010902/19, 0010133/17.

RESULTADO – os processos encontram-se em ordem.

2.1. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS; PROCESSOS SOBRESTADOS; PROCESSOS SOLUCIONADOS MEDIANTE CONCILIAÇÃO; PROCESSOS JULGADOS; PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO e PROCESSOS ARQUIVADOS.

Nos termos do parágrafo 1º do artigo 6º do ATO Nº 13/GCGJT, de 19 de maio de 2020 e mediante consulta ao Painel Migração CLEC, que esta Vara do Trabalho possui, até o dia 27-1-2021, 9 processos físicos no total, não migráveis.

Exame dos autos dos processos 0010530/20, 0010531/20, 0010532/20, 0010540/20, 0010719/18, 0010085/19, 0010447/19, 0011483/16, 0010504/19, 0010796/19, 0010794/19, 0010118/20, 0010074/19, 0010772/19, 0010699/18, 0010754/19, 0010941/19, 0010435/20, 0010492/20, 0010341/20, 0010377/20, 0010319/20, 0010233/20, 0010282/20, 0010484/20, 0010365/20, 0010300/20, 0011052/17, 0010220/20, 0010960/19, 0010714/19, 0010714/20, 0010280/20, 0010863/19, 0010450/20, 0010628/19, 0010001/20, 0010272/20, 0010352/20, 0010045/19, 0010234/19, 0010484/19, 0010484/18, 0010698/19, 0010095/17, 0010173/16, 0011778/19, 0010683/18, 0010056/16, 0000262/10, 0010388/16, 0010587/19, 0000451/11, 0010832/17, 0010564/16, 010564/11, 0010284/16, 0011082/16, 0011755/15, 0010734/15, 0011126/14, 0010365/19, 0010912/17, 0010924/16, 0010961/14, 0010961/15, 0010008/21, 0010009/21, 0010010/21, 0010011/21, 0010511/20, 0010443/20, 0010266/20, 0010176/20, 0010514/20, 0010515/20, 0010518/20 e 0010520/20.

RESULTADO: os processos encontram-se em ordem.

Recomenda-se a MM. juíza que profira sentenças na forma da Recomendação N. 4/GCGJT, de 26 de setembro de 2018 referente aos “Procedimentos relacionados à prolação de sentenças e acórdãos líquidos”, divulgada por meio do Ofício Circular N. CR/45/2018, de 1º de outubro de 2018.

2.2. INQUÉRITO JUDICIAL PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE DE EMPREGADO ESTÁVEL – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que não há, até a presente data, inquérito judicial em tramitação.

2.3. AÇÃO CIVIL PÚBLICA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 7 ações civis públicas em tramitação.

Processo	Tarefa
0000077-37.2011.5.03.0156	Aguardando prazo
0010227-09.2013.5.03.0156	Aguardando final do sobrestamento
0010251-90.2020.5.03.0156	Aguardando audiência
0010497-86.2020.5.03.0156	Aguardando prazo
0010548-97.2020.5.03.0156	Análise
0011071-85.2015.5.03.0156	Aguardando apreciação pela instância superior
0011421-39.2016.5.03.0156	Cumprimento de Providências

2.4. AÇÃO CIVIL COLETIVA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 16 ações civis coletivas em tramitação.

Processo	Tarefa
0000832-61.2011.5.03.0156	Elaborar despacho
0001114-65.2012.5.03.0156	Arquivo
0010036-56.2016.5.03.0156	Arquivo
0010098-33.2015.5.03.0156	Aguardando apreciação pela instância superior
0010099-18.2015.5.03.0156	Aguardando apreciação pela instância superior
0010334-77.2018.5.03.0156	Aguardando apreciação pela instância superior
0010457-51.2013.5.03.0156	Aguardando apreciação pela instância superior
0010458-36.2013.5.03.0156	Aguardando apreciação pela instância superior
0010459-21.2013.5.03.0156	Cumprimento de Providências
0010509-08.2017.5.03.0156	Aguardando apreciação pela instância superior
0010677-78.2015.5.03.0156	Aguardando apreciação pela instância superior
0010680-62.2017.5.03.0156	Aguardando apreciação pela instância superior
0010768-66.2018.5.03.0156	Aguardando apreciação pela instância superior

	superior
0010862-48.2017.5.03.0156	Preparar expedientes e comunicações

3. PRAZO MÉDIO DA PAUTA E DISPONIBILIDADE DA PAUTA –

Prazos médios da pauta/dias corridos

	2019	2020	2021
Procedimento sumaríssimo/ordinário	21	51	0
Instrução processo eletrônico	158	124	115

Apuração conforme dados extraídos do sistema e-Gestão.

Disponibilidade de Pauta/dias úteis

	2019	2020	2021
Procedimento sumaríssimo	7	Art. 335 CPC	19-2-21 - 9 dias
Procedimento Ordinário	7	Art. 335 CPC	11-3-2021 - 23 dias
Instrução	56	33	8-6-2021 - 86 dias

PRAZOS MÉDIOS (de 1º-1-2021 até 25-1-2021).

1) Indicador Prazo Médio na Fase de conhecimento (I04): representa o prazo médio entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença (em dias corridos) na fase de conhecimento.

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação de sentença na fase de conhecimento (item 416)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação de sentença na fase de conhecimento (item 90416)	10	95

2) Indicador Prazo Médio na Fase de Liquidação (I05): representa o prazo médio entre o início e o encerramento da fase de liquidação.

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos (item 417)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos (item 90417)	1	70

3) Indicador Prazo Médio Fase de Execução (I06): representa o prazo médio entre o início e o encerramento da fase de execução.

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – procedimento sumaríssimo - ente privado (item 275)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução - ente privado (item 90275)	43	206
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – ente público (item 277)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – ente público (item 90277)	1	90

No ano 2020, apurou-se que, em 225 dias de expediente forense (segunda-feira a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

	2020	Média/dia útil
Julgados Procedentes	65	0,289
Julgados procedentes em parte	81	0,36

Julgados Improcedentes	31	0,138
Extintos com resolução de mérito	2	0,009
Outras decisões com resolução de mérito	0	0
Total com resolução de mérito	179	0,796
Extintos sem resolução de mérito	54	0,24
Arquivamento	130	0,578
Desistência	10	0,044
Outras decisões sem resolução de mérito	0	0
Total sem resolução de mérito	194	0,862
Decisões de conhecimento	373	1,658
Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração	92	0,409
Decisões na fase de execução	110	0,489
Total	575	2,556

No ano atual, apurou-se que, até o dia 25/01/2021, com 12 dias de expediente forense (segunda-feira a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

	Ano Atual	Média dia/útil
Julgados procedentes	0	0
Julgados procedentes em parte	0	0
Julgados improcedentes	1	0,083
Extintos com resolução de mérito	0	0
Outras decisões com resolução de mérito	0	0
Total com exame de mérito	1	0,083
Extintos sem resolução de mérito	2	0,167

Arquivamento	0	0
Desistência	2	0,167
Outras decisões sem resolução de mérito	0	0
Total sem resolução de mérito	4	0,333
Decisões de conhecimento	5	0,417
Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração	4	0,333
Decisões na fase de execução	0	0
Total	9	0,75

4. AUDIÊNCIAS, DESPACHOS E SENTENÇAS NA FASE DE CONHECIMENTO

Em janeiro de 2021, com 7 dias úteis de audiências, realizaram-se:

Audiências	Número de Audiências/Mês	Média/dia útil
Conciliação em conhecimento	2	0,28
Conciliação em execução	1	0,14
*Encerramento de instrução	0	0
Inicial / Inicial (rito sumaríssimo)	4	0,57
Inquirição de testemunha (juízo deprecado)	0	0
Instrução / Instrução (rito sumaríssimo)	10	1,42
Una / Una (rito sumaríssimo)	7	1
Total	24	3,4

* Os encerramentos de instrução não são totalizados

No mês de janeiro de 2021, segundo dados do Boletim Estatístico da Vara, sistema e-Gestão, foram homologados 4 acordos em conhecimento, conforme se verificou dos itens 39 e 90039.

Conforme sistema e-Gestão, foram conciliados na fase de conhecimento, liquidação e execução (sentenças e decisões). Mês de janeiro 2021 apurado até dia 25-1:

	Conhecimento		Execução	Liquidação
	2020	2021	2020	2020
01-JANEIRO	12	5	2	2
02-FEVEREIRO	9		2	4
03-MARÇO	10			
04-ABRIL	1			1
05-MAIO	7		3	2
06-JUNHO	14		3	4
07-JULHO	13			1
08-AGOSTO	15		5	3
09-SETEMBRO	20		3	
10-OUTUBRO	4		2	1
11-NOVEMBRO	25		4	1
12-DEZEMBRO	12		2	2
Totais	142	5	26	21

	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10	2020/11	2020/12	2021/01
	1												
ALESSANDRA JUNQUEIRA FRANCO													5
ARLINDO CAVALARO NETO			10			8				3			
HELENA HONDA ROCHA							14						
THAISA SANTANA SOUZA SCHNEIDER	15	15		2	12	13		23	23	4	30	16	
Totais	16	15	10	2	12	21	14	23	23	7	30	16	5

Comparativamente, nos anos de 2020 e 2021, foram realizadas audiências, conforme abaixo (mês de janeiro 2021 apurado até dia 25-1):

	2020
01-JANEIRO	79
02-FEVEREIRO	71
03-MARÇO	79
04-ABRIL	1
05-MAIO	5
06-JUNHO	72

07-JULHO	137
08-AGOSTO	109
09-SETEMBRO	76
10-OUTUBRO	14
11-NOVEMBRO	102
12-DEZEMBRO	34
Totais	779

	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10	2020/11	2020/12
ARLINDO CAVALARO NETO			79			38	7					
HELENA HONDA ROCHA							130					
THAISA SANTANA SOUZA SCHNEIDER	79	71		1	5	34		109	76	14	102	34
Totais	79	71	79	1	5	72	137	109	76	14	102	34

Foram realizadas 24 audiências em janeiro de 2021. Designadas 105 em fevereiro de 2021.

Abaixo a tabela comparativa por mês e ano das sentenças e acordos homologados por sentença em conhecimento, conforme apurado nos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90041, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049 do e-Gestão: (mês de janeiro 2021 apurado até dia 25-1):

	2020	2021
01-JANEIRO	41	10
02-FEVEREIRO	55	
03-MARÇO	80	
04-ABRIL	20	
05-MAIO	21	
06-JUNHO	44	
07-JULHO	25	
08-AGOSTO	33	
09-SETEMBRO	48	
10-OUTUBRO	38	
11-NOVEMBRO	70	

12-DEZEMBRO	40	
Totais	515	10

	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10	2020/11	2020/12	2021/01
ALESSANDRA JUNQUEIRA FRANCO												1	10
ARLINDO CAVALARO NETO		4	80	1		10	1	1		13			
HELENA HONDA ROCHA							24						
THAISA SANTANA SOUZA SCHNEIDER	41	51		19	21	34		32	48	25	70	39	
Totais	41	55	80	20	21	44	25	33	48	38	70	40	10

Foram despachados, segundo dados da produtividade, extraídos das tabelas processuais unificadas no período (mês de janeiro 2021 apurado até dia 25-1):

	2020	2021
01-JANEIRO	919	483
02-FEVEREIRO	1564	
03-MARÇO	768	
04-ABRIL	564	
05-MAIO	801	
06-JUNHO	1162	
07-JULHO	984	
08-AGOSTO	1043	
09-SETEMBRO	1090	
10-OUTUBRO	1329	
11-NOVEMBRO	1029	
12-DEZEMBRO	739	
Totais	11992	483

Constatou a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora, mediante informação do Secretário da Vara do Trabalho, que, na Unidade, as audiências são realizadas, durante a pandemia COVID-19 de segunda-feira a quinta-feira, a partir das 8h30min. O intervalo entre as audiências é de 15 minutos para as de procedimento sumaríssimo e para as de procedimento ordinário e de 30 minutos para as instruções.

Em atendimento ao artigo 19, II da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, declara o (a) magistrado (a) que comparece nesta unidade organizacional de _____ e que mantém afixado na Secretaria da Vara as datas em que presta atendimento, bem assim aquelas em que se encontra fora da sede do juízo, mas no exercício de suas respectivas funções.

A análise dos termos do artigo 19, II da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, fica prejudicada em razão das medidas de prevenção à disseminação do Novo Coronavírus da Portaria GP N. 117/2020 deste Regional.

Declara a magistrada, quanto à residência, que cumpre a disposição contida no artigo 29, inciso V, "c", do Regimento Interno do TRT da 3ª Região e os termos das Instruções Normativas Conjuntas nº 1, de 13-11-2014 e nº 6, de 13-8-2015 e que mantém o cadastro atualizado na Secretaria-Geral da Presidência.

5. Produtividade –

Os dados foram extraídos dos Boletins Estatísticos.

Movimentação Anual de Processos			
	2019	2020	2021 até 25-1
Processos recebidos	796	531	17
Média por dia útil	3,5	2,4	1,4
Processos remanescentes do ano anterior	339	193	237
Sentenças anuladas	11	2	0
Total de processos para solução	1.146	726	254
Processos solucionados	990	515	10
Processos conciliados	240	142	5
Produção	86,39%	70,94%	3,93%

Analisando os dados supra, verificou-se uma diminuição de 33,29% em relação ao número de processos recebidos no ano 2019. Quanto à produtividade, verificou-se que em 2020 houve uma diminuição de 15,45%.

5.1. Índice Nacional de Gestão de Desempenho da Justiça do Trabalho (IGEST) – desenvolvido pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) com o objetivo de contribuir para o aprimoramento da gestão das varas do trabalho de todo o país e auxiliar na melhoria da efetividade da prestação jurisdicional combinada à força de trabalho disponível. Ao mesmo tempo, possibilita a vara orientar melhor sua atuação, tornando um instrumento eficaz de gestão. Ademais, o IGEST se alinha às Metas Nacionais e ao Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG e foi instituído no âmbito deste Regional por meio da Resolução Conjunta GP/GCR/GVCR n. 104, de 18 de dezembro de 2018.

MESOINDICADOR PRODUTIVIDADE: (de 1º-1-2021 até 25-1-2021)

1) Indicador Taxa de Conciliação na fase de conhecimento (I07): representa a relação entre a quantidade de processos solucionados por conciliação e o total de processos solucionados.

Conciliações	Soma dos processos dos itens 39 e 90039	5
Solucionados	Soma dos processos dos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90071, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049	10

2) Indicador Taxa de Solução (I08): representa a relação entre o total de processos solucionados e o total de processos recebidos por distribuição, redistribuição e que retornaram para novo julgamento.

Solucionados	Soma dos processos dos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90041, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049	10
Recebidos	Soma dos processos dos itens 26, 90026, 27, 90027, 29, 90029, 30, 90030, 31, 90031, 32 e 90032	17

3) Indicador Taxa de Execução (I13): representa a relação entre o total de execuções encerradas pelo total de execuções iniciadas.

Execuções iniciadas	Soma dos processos dos itens 329 e 90329	23
Execuções encerradas	Soma dos processos dos itens 93 e 90093	44

MESOINDICADOR CONGESTIONAMENTO: (de 1º-1-2021 até 25-1-2021)

1) Indicador Taxa de Congestionamento no Conhecimento (I09): representa o volume de trabalho atualmente represado, em comparação com a capacidade de atendimento à demanda na fase de conhecimento.

Pendentes de baixa na Fase de Conhecimento	Saldo de processos dos itens 377 e 90377 no final do período de referência	278
Baixados na Fase de Conhecimento	Soma dos processos dos itens 375 e 90375	10

2) Indicador Taxa de Congestionamento na Execução (I10): representa o volume de trabalho atualmente represado em comparação com a capacidade de atendimento à demanda na fase de execução.

Pendentes de baixa na Fase de Execução	Saldo de processos dos itens 383 e 90383 no final do período de referência	302
Baixados na Fase de Execução	Soma dos processos dos itens 381 e 90381	16

MESOINDICADOR FORÇA DE TRABALHO: (de 1º-1-2021 até 25-1-2021)

1) Indicador Produtividade por Servidor (I11): representa o total de processos baixados nas fases de conhecimento e execução por servidor em atividade.

Baixados na fase de conhecimento	Soma dos processos dos itens 375 e 90375	10
Baixados na fase de execução	Soma dos processos dos itens 381 e 90381	16
Servidores em atividade	Contagem dos servidores dos itens 2035, 2045, 2053, 2061 e 2412	11

2) Indicador Pendentes por Servidor (I12): representa total de pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução por servidor em atividade.

Pendentes na fase de conhecimento	Saldo de processos dos itens 337 e 90337 no final do período de referência	278
Pendentes de baixa na fase de execução	Saldo de processos dos itens 383 e 90383 no final do período de referência	302
Servidores em atividade	Contagem dos servidores nos itens 2035 (servidores do quadro permanente da área judiciária), 2045 (servidores requisitados do Poder Judiciário da União, lotados na área judiciária 1º grau), 2053 (servidores requisitados de outros órgãos lotados na área judiciária do 1º grau), 2061 (servidores ocupantes exclusivamente de cargos em comissão lotados na área judiciária de 1º grau) e 2412 (servidores removidos de outros órgãos da Justiça do Trabalho lotados na área judiciária de 1º grau)	11

Perfil da Vara do Trabalho		Frutal - 01a Vara			
Indicadores / Período de referência		Ano 2019 01/01/2019 a 31/12/2019	1º trim 2020 01/04/2019 a 31/03/2020	2º trim 2020 01/07/2019 a 30/06/2020	3º trim 2020 01/10/2019 a 30/09/2020
Indicadores	I01 - Idade Média do pendente de julgamento (em anos)	0,09	0,57	0,40	0,28
	I02 - Pendentes	976	713	622	622

	I03 - Taxa de conclusos com o prazo vencido (%)	0,00	0,00	0,00	0,00
	I04 - Prazo médio no conhecimento (em dias)	160,74	127,39	112,34	103,03
	I05 - Prazo médio na liquidação (em dias)	132,28	140,34	146,86	138,49
	I06 - Prazo médio na execução (em dias)	584,17	426,46	434,13	423,31
	I07 - Taxa de conciliação (%)	23,73	24,09	23,29	25,67
	I08 - Taxa de solução (%)	122,75	112,14	107,98	97,40
	I13 - Taxa de execução (%)	91,77	204,97	341,98	311,91
	I09 - Taxa de congestionamento no conhecimento (%)	20,03	24,09	23,42	28,11
	I10 - Taxa de congestionamento na execução (%)	66,70	33,26	29,39	26,49
	I11 - Produtividade por servidor	118,00	137,82	129,18	123,64
	I12 - Pendentes por servidor	78,00	53,91	46,09	46,27
Meso	Acervo	0,14	0,16	0,14	0,13
	Celeridade	0,25	0,21	0,20	0,20
	Produtividade	0,64	0,62	0,53	0,54
	Congestionamento processual	0,54	0,24	0,15	0,17
	Força de trabalho	0,51	0,41	0,39	0,34
Macro	IGEST	0,4159	0,3274	0,2799	0,2763
	Posição IGEST	74	17	4	6
	Movimentação processual	1001 a 1500	1001 a 1500	0751 a 1000	0751 a 1000

FONTE: Sistema e-Gestão (dados extraídos em 05/08/2020)

6. ARRECADAÇÃO –

Contribuição Previdenciária	Imposto de Renda	Valor pago aos reclamantes
R\$2.905.119,37	R\$118.192,56	R\$25.305.548,53

7. PORTARIAS – De acordo com o Secretário da Vara do Trabalho, encontram-se em vigor as Portarias 1/2017, que trata da obrigatoriedade de constar na inicial o croqui para cumprimento da notificação quando o endereço do reclamado for rural, e ainda autoriza a intimação das partes através do endereço eletrônico e via aplicativo Whatsapp, mediante prévio cadastro para este último e 2/2018, que autoriza o envio de notificação de audiência com expedição de AR às expensas da parte interessada.

8. SISBAJUD, INFOJUD, RENAJUD e SIMBA – Durante a correição, constatou-se que a Unidade emprega as ferramentas eletrônicas de pesquisa patrimonial.

9. DA SECRETARIA – Concluída a correição, de acordo com os critérios acima especificados, a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora examinou 80 autos de processos, sendo que em nenhum foi encontrado excesso de prazo.

Registra-se que durante os trabalhos de correição, foram observadas a Resolução Conjunta GP/CR N. 58/2016 e suas posteriores alterações, bem como a suspensão de prazos processuais e a realização de audiências no período de 7 a 20 de janeiro de 2021, nos termos do art. 775-A da CLT e as determinações referentes à pandemia COVID-19.

10. Gestão Estratégica

As metas nacionais e os indicadores do Plano Plurianual 2015-2020 do TRT-MG devem ser monitorados para que se possa acompanhar e analisar os resultados institucionais, e a atividade correicional apoia esta iniciativa:

Meta 1 CNJ/Meta 6 CSJT: Índice de Processos Julgados (IPJ) - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.

Em 2019, quando a Meta era “julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 120,08% de cumprimento da Meta, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste

Regional no 1º grau foi de 107,48% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, coincidente com o valor divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ).

No ano 2020, o percentual alcançado foi de 92,99%, sendo a média deste Regional para o mesmo período de 90,21%.

Os valores de 2021 aguardam publicação pelos órgãos superiores.

Meta 2 CNJ/Meta 7 CSJT: Índice de Processos Antigos (IPA) - Identificar e julgar, até 31/12/2019, pelo menos 92% dos processos distribuídos até 31/12/2017, nos 1º e 2º graus.

Em 2019, quando a Meta era “identificar e julgar, até 31/12/2019, pelo menos 92% dos processos distribuídos até 31/12/2017, no 1º grau”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 108,94%, do valor da meta estipulado para o ano de 2019, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional no 1º grau foi de 100,28% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, coincidente com o valor divulgado pelo CNJ).

Os valores de 2020-2021 aguardam publicação pelos órgãos superiores.

Meta 3 CNJ/Meta 9 CSJT: Índice de Conciliação – Fase de Conhecimento (ICONc) - Manter o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação ao percentual do biênio 2016/2017.

Em 2019, quando a Meta era “manter o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação ao percentual do biênio 2016/2017”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 63,80% de cumprimento da Meta, não tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 92,50% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, divergente do valor divulgado pelo CNJ igual a 102%. Os métodos de cálculo que os dois Conselhos utilizam são distintos).

No ano 2020, o percentual alcançado foi de 37,87% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 48,45%.

Os valores de 2021 aguardam publicação pelos órgãos superiores.

Meta 5 CNJ/Meta 11 CSJT: Índice de Execução (IE) - Baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente.

Em 2019, quando a Meta era “baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 53,49%, do valor da meta estipulado para o ano de 2019, não tendo cumprido

a Meta. O resultado deste Regional foi de 123,07% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, praticamente igual ao valor divulgado pelo CNJ de 123,06%).

No ano 2020, o percentual alcançado foi de 135,34% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 101,95%.

Os valores de 2021 aguardam publicação pelos órgãos superiores.

Meta 6 CNJ/Meta 8 CSJT: Índice de Ações Coletivas Julgadas (IACJ) - Identificar e julgar, até 31/12/2019, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016 no 1º grau.

Em 2019, quando a Meta era “identificar e julgar, até 31/12/2019, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016 no 1º grau”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 93,54% do valor da meta estipulado para o ano de 2019, não tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 98,06% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, coincidente com o valor divulgado pelo CNJ).

Os valores de 2020-2021 aguardam publicação pelos órgãos superiores.

Meta 5 CSJT: Tempo médio de duração do processo - Fase de Conhecimento (TMDP1c): Reduzir o prazo médio, em relação ao ano base 2017.

Em 2019, quando a Meta era “reduzir o prazo médio em relação ao ano base 2017 (de 170 dias), em 2% até 2019 e em 5% até 2020”, o tempo médio de duração do processo desta unidade organizacional foi de 161 dias, sendo que o resultado deste Regional foi de 224 dias (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT). Observa-se que a meta em 2019 era de 166 dias.

O percentual de cumprimento desta unidade foi de 96,83%, tendo cumprido a Meta, enquanto que para o TRT-MG este percentual foi de 64,92%, sendo que, neste item, diferentemente dos demais, o percentual abaixo de 100% é a referência para o atingimento da referida Meta.

No ano 2020, o tempo médio alcançado foi de 120 dias, sendo o resultado deste Regional para o mesmo período de 174 dias.

Os valores de 2021 aguardam publicação pelos órgãos superiores.

11. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL – Enfatiza a Corregedoria Regional a importância da observância da Política Nacional de Responsabilidade Socioambiental da

Justiça do Trabalho constante do Ato Conjunto CSJT.TST.GP nº 24/14 e as orientações da Seção de Gestão Socioambiental deste Regional.

12. DAS ATIVIDADES E CONDIÇÕES DE SEGURANÇA – Conforme o artigo 12, parágrafo 3º, da Resolução Conjunta nº 4, de 28-2-2014, do Conselho Nacional de Justiça e Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 9º da Resolução nº 176, de 10-6-2013, do Conselho Nacional de Justiça, bem como nas normas que dispõem sobre segurança oriundas do Tribunal Regional, a Corregedoria Regional determina que sejam cumpridas as determinações do Ato Regulamentar Conjunto nº 1, de 15-9-2008 (ARGCJ 1/2008) e da Resolução GP nº 7, de 3-10-2013.

12.1 MEDIDAS TOMADAS PELA VARA DO TRABALHO NO TOCANTE À CONTINGÊNCIA DO COVID-19:

A unidade organizacional observou as medidas publicadas referentes ao COVID-19, especialmente, a Portaria GP N. 117/2020 deste Regional.

13. RECOMENDAÇÕES:

13.1. RECOMENDAÇÕES GERAIS:

Recomenda-se que, seja observada a publicação da Portaria, referente ao formulário eletrônico para a autoinspeção e seja cumprido o Provimento Conjunto GCR/GVCR N. 1, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020, publicado DEJT de 1º-10-2020, que dispõe sobre a autoinspeção ordinária das unidades judiciárias de 1º grau, realizadas pelos respectivos magistrados, no âmbito da jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.

Recomenda-se, ainda, ao Secretário e aos Servidores da Vara que observem as recomendações para registrar movimentos no PJe de acordo com o e-Gestão.

13.2: RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS:

A Corregedoria Regional recomenda que seja (m):

1) intensificada a realização semanal de audiências de conciliação em processos na fase de execução, independentemente de requerimento das partes, selecionando-se aqueles com maior possibilidade de êxito na composição, nos termos do inciso II do artigo 76 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho. Ademais, deve ser seguido o que preceitua o *caput* do artigo 764 da CLT, no sentido de que “os dissídios individuais ou coletivos submetidos à apreciação da Justiça do Trabalho serão sempre

sujeitos à conciliação”, frisando-se que “para os efeitos deste artigo, os juízes e Tribunais do Trabalho empregarão sempre os seus bons ofícios e persuasão no sentido de uma solução conciliatória dos conflitos”, nos moldes do § 1º do referido artigo;

2) regularizados os processos enumerados no item 1.7, procedendo ao lançamento no sistema SJVPI;

2) examinados e saneados os processos mais antigos que estão na fase de conhecimento, conforme o discriminado no item 1.9 desta Ata;

3) examinados e saneados os processos mais antigos que estão na fase de execução, conforme o discriminado no item 1.10 desta Ata;

4) saneados os processos incidentais à fase de execução, conforme apurado no item 1.11 desta Ata;

5) envidados esforços para o cumprimento da Meta 3 CNJ/Meta 9 CSJT: Índice de Conciliação – Fase de Conhecimento (ICONc) - Manter o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação ao percentual do biênio 2016/2017; Meta 5 CNJ/Meta 11 CSJT: Índice de Execução (IE) - Baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente; Meta 6 CNJ/Meta 8 CSJT: Índice de Ações Coletivas Julgadas (IACJ) - Identificar e julgar, até 31/12/2019, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016 no 1º grau, tendo em vista que estas não foram atingidas no ano 2019;

6) cumprida a Resolução Conjunta n. 147, de 13 de julho de 2020, deste Regional, que trata da atenuação virtual e o uso do aplicativo WhatsApp Business, este último conforme artigo 7º da referida Resolução Conjunta.

7) observada a Portaria Conjunta GP/GCR/GVCR N. 223, de 3 de setembro de 2020 que estabelece no âmbito da Justiça do Trabalho de Minas Gerais medidas para a retomada gradual dos serviços presenciais, observadas as ações necessárias para a prevenção de contágio pelo novo coronavírus, causador da COVID-19;

8) cumprida a Recomendação Conjunta GCR/GVCR N. 2, de 18 de agosto de 2020 e artigo 5º da Portaria Conjunta CR/VCR N. 2, de 20 de março de 2020, dispondo que o contato de urgência das partes e advogados deve ser realizado por e-mail institucional e que o atendimento também seja por meio de videoconferência a advogados, procuradores, membros do Ministério Público do Trabalho e partes que atuam no exercício do jus postulandi, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, durante a pandemia da Covid-19 e a habilitação das funcionalidades siga-me ou WhatsApp Business;

9) observada a Resolução Conjunta GP/GCR N. 136, de 27 de janeiro de 2020, devendo a Vara do Trabalho adotar medidas para cumprimento dos procedimentos previstos no capítulo II, artigos 5º ao 7º da referida Resolução, e certificar a inexistência de depósitos judiciais e

recursais vinculados ao processo a ser arquivado. Para isso, até a efetiva liberação do sítio eletrônico Garimpo, as varas do trabalho deverão consultar a existência de saldo nos sítios eletrônicos dos bancos já disponíveis. https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/aceso-restrito/ (extratos da caixa econômica federal) e <https://www63.bb.com.br/portallbb/djo/rdo/magistrado/RD04,802,4647,4653,0,1,1.bbx?cid=1335> (extratos do Banco do Brasil) e <https://conectividade.caixa.gov.br> (depósitos recursais antes da reforma trabalhista);

10) cumprida a recomendação Nº 10/GCGJT, DE 17 DE SETEMBRO DE 2020, que, em caráter excepcional, durante a duração da pandemia, sejam priorizados os atos atinentes à tramitação das ações trabalhistas e recursos de interesse dos profissionais da saúde que se encontram na função de atuação ao combate ao COVID-19;

11) cumprida a determinação constante do § 3º, do artigo 104, do Provimento Consolidado nº 3/2015, deste Regional, a saber: “inexistindo manifestação ou persistindo a divergência, o juiz, na hipótese de não se decidir pela homologação de um dos cálculos apresentados, nomeará, imediatamente, perito para elaborar laudo, em prazo prefixado segundo a complexidade do trabalho a ser executado”;

12) usados como ferramenta de auxílio na gestão da secretaria, os relatórios existentes no Painel de Produtividade, disponível na intranet deste Regional;

13) realizado, pela magistrada e pelos servidores, o Exame Periódico de Saúde na data aprazada pela Secretaria de Saúde deste Regional, em conformidade com artigo 13 da Instrução Normativa GP nº 21, de 21 de julho de 2016, que dispõe sobre avaliação médica de magistrados e servidores em atividade, em função de riscos no ambiente de trabalho e de doenças ocupacionais.

A Corregedoria Regional reitera a necessidade de que sejam observadas as recomendações acima, o que será aferido na próxima correição ou extraordinariamente.

13.3. RECOMENDAÇÕES CONSTANTES NA ATA DE CORREIÇÃO DO ANO 2020:

A Corregedoria Regional verificou que as recomendações, então formuladas, foram observadas.

14. OBSERVAÇÕES FINAIS – A Corregedoria Regional recomenda que a Secretaria da Vara mantenha a qualidade dos seus serviços, visando ao elevado cumprimento da sua missão institucional que, conforme o Plano Estratégico do TRT da 3ª Região é “Solucionar conflitos decorrentes das relações de trabalho de forma efetiva e célere, contribuindo para a harmonia social”.

Participe dos objetivos da Agenda 2030 (ONU), que firmou 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para transformar nosso mundo, a Corregedoria Regional incentiva o conhecimento de suas diretrizes, especialmente as inclusas no objetivo 16, disponíveis no link <http://www.agenda2030.org.br/ods/16/>, que trata da Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

Enfatiza que a qualidade da prestação jurisdicional possibilita o alcance da visão de futuro do TRT da 3ª Região em “ser reconhecido na sociedade pela prestação da tutela jurisdicional dos direitos sociais de qualidade, célere e efetiva e pela excelência dos processos de gestão”, segundo consta no Planejamento Estratégico do TRT da 3ª Região.

Ressalta, ainda, a Corregedoria Regional o caráter pedagógico da correição, assim como a importância da transparência dos dados estatísticos da Secretaria da Vara, proporcionadores do autoconhecimento e de um seguro diagnóstico da Instituição, cujo interior precisa ser exposto para si própria, bem como para a sociedade, destinatária última dos serviços judiciais prestados, tudo conforme foi solene e enfaticamente propugnado pelo CNJ.

Registra-se que a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora não recebeu reclamação de advogados ou partes quanto aos serviços prestados pelo juízo da Vara do Trabalho.

A Correição Ordinária é encerrada às 15h40min do dia dois de fevereiro de 2021, em sessão pública telepresencial, nos termos do Edital n. 4, publicado no DJe 25-1-2021, do que, para constar, eu, Mozart Secundino de Oliveira Júnior, Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria, lavrei e assinei a presente ata, impressa em frente e verso, a qual, depois de lida e achada conforme, vai assinada, também, pela Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora. A equipe da Corregedoria Regional, que auxiliou a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora, além do Sr. Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria acima nominado, foi composta pelos servidores Flávio Mário Fonseca e José Múcio Antônio Lambertucci.

MARISTELA IRIS DA SILVA
MALHEIROS:30831806

Assinado de forma digital por
MARISTELA IRIS DA SILVA
MALHEIROS:30831806
Dados: 2021.03.15 19:01:06 -03'00'

Maristela Iris da Silva Malheiros
Desembargadora Vice-Corregedora do TRT/3ª Região

MOZART SECUNDINO DE
OLIVEIRA JUNIOR:30831138

Assinado de forma digital por MOZART
SECUNDINO DE OLIVEIRA
JUNIOR:30831138
Dados: 2021.02.08 15:04:40 -03'00'

Mozart Secundino de Oliveira Júnior
Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria